



Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Orientação do Núcleo de Lazer Maria Cristina Hellmeister de Abreu

Realizada aos vinte e três dias do mês de julho de 2025, às dez horas e quinze minutos, na Sala de Esportes, a Av.Kumaki Aoki,1390. Participaram os seguintes membros do conselho: Ana Lucia Santana Seabra, Regis Ferreira Neri, Rodolfo Ruiz Garcia, Antônio Carlos Tancredi, Reginaldo Pereira dos Santos, Antônio Rodrigues da Silva, Pedro Guedes Cavalcante, Luiz Henrique Gonçalves Nickel e o Convidado Reginaldo José da Silva. O Conselho de Orientação do Núcleo de Lazer Maria Cristina Hellmeister de Abreu, reuniu-se para discutir os seguintes assuntos: Finalização do Alambrado do Campo 4, Projeto de Concessão do Parque, Instalação de postes de iluminação e liberação de PETS. A Sra. Ana Seabra (DPU), inicia a reunião dando boas vindas e agradecendo a presença de todos. Dando continuidade à pauta do dia, esclarece que a presidência do Conselho é exercida pelo Sr. Regis Ferreira Neri (Gestor do Núcleo de Lazer - DPU). Em seguida, informou que utilizaria a palavra com o objetivo de atualizar os membros sobre os desdobramentos da audiência pública e o processo de Concessão dos Parques. A Sra. Ana Seabra (DPU), apresentou sua equipe, Antônia é Coordenadora Operacional, Luciana é chefe de Departamentos (Contratos e Convênios), e a Sofia que é sua Assessora. O Sr. Regis Neri informou que na última reunião do conselho o Sr, Antônio Rodrigues (RHEMA), questionou referente a demora na instalação do Alambrado do Campo 4, e o Sr. Regis Neri (DPU) esclareceu que a instalação foi totalmente concluída, e dando continuidade à Sra. Ana Seabra (DPU) questionou os conselheiros presentes se haviam tido acesso à documentação da Audiência Pública referente ao processo de concessão do parque. Informou que ocorreram duas reuniões anteriores: uma presencial no dia 16/07, nas dependências do prédio do DR, e uma online, transmitida pelo canal da Secretaria de Parcerias e Investimentos no YouTube. Na sequência, à Sra. Ana Seabra (DPU) destacou a importância do momento atual para que os membros do conselho apresentem considerações e sugestões, ressaltando que são os conselheiros que conhecem de fato a realidade e a vivência do parque. Explicou como será estruturado o projeto de concessão, esclarecendo que a Secretaria de Parcerias e Investimentos está à frente do projeto. A Sra. Ana Seabra (DPU) iniciou a explicação do projeto de Concessão em Slides, para todos os membros e convidados, informando que depois disponibilizaria o material para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PARQUES URBANOS

os mesmos. Durante a apresentação do projeto a Sra. Ana Seabra (DPU) informou que o acesso ao parque continuará gratuito sem cobrança de taxas. O Sr. Reginaldo Pereira (AMOJAP) perguntou se os espaços no parque teriam algum tipo de cobrança. A Sra. Ana Seabra (DPU) respondeu que, caso haja investimentos e melhorias, será possível a cobrança. A Sra. Ana Seabra (DPU) explicou brevemente sobre os quatro principais eixos do estudo e suas diretrizes que são a sustentabilidade, parque para todos, viabilidade econômica e eficiência na operação, e informou ainda que o pilar mais importante sobre a concessão é garantir a acessibilidade universal, segurança e diversidade de uso e atividades além do acolhimento para todas as idades e perfis. O Sr. Luiz Nickel (Instituto ALANA), questionou quanto a viabilidade econômica, como vai funcionar os projetos, quais cobranças seriam feitas. A Sra. Ana Seabra (DPU) explicou que algumas áreas, como por exemplo algumas churrasqueiras, pode ser cobrada alguma taxa para utilização. O Sr. Luiz Nickel (Instituto ALANA) perguntou se a população vai ter o direito de trazer suas próprias coisas, sem cobrança. A Sra. Ana Seabra (DPU) esclareceu que sim, e que não terá nenhuma restrição quanto a isso. E Complementando o Sr. Luiz Nickel (Instituto ALANA), enfatizou que isso é um processo que ainda está em aberto, para toda a sociedade, e lembrando que nem todo mundo que frequenta o parque é letrado e com isso pode ser que nem todos entendam esse projeto de concessão. A Sra Ana Seabra (DPU) pediu o apoio dos conselheiros quanto a esta questão, para tornar o processo de Concessão mais democrático e acessível para a população. O Sr Reginaldo Pereira (AMOJAP) juntamente com o Sr, Luiz Nickel (Instituto ALANA) questionaram se depois de todo o processo de Concessão, o conselho de orientação ainda permaneceria. A Sra. Ana Seabra (DPU) esclareceu que mesmo após a concessão o conselho de orientação vai permanecer, e enfatizou ainda que a Concessionária precisa manter também os projetos sociais. Dando continuidade à reunião a Sra. Ana Seabra (DPU) comunicou que propôs no projeto as questões referentes aos alagamentos, até porque os parques ficam em área de várzea do rio Tietê e acrescentou que não será permitida mais impermeabilização de solo nos parques. O Sr. Antônio Rodrigues (RHEMA), perguntou sobre os campos de futebol, pois não foi passada nenhuma informação sobre os campos no projeto. A Sra. Ana Seabra (DPU) informou que os campos vão ser requalificados e passarão por investimentos e deixou enfatizado que a partir da concessão os campos, assim como as quadras serão administrados pela Concessionária. O Sr. Luiz Nickel (Instituto ALANA) perguntou se terá como dialogar abertamente com a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PARQUES URBANOS

Concessionária sobre a cobrança de taxas para utilização dos campos. A Sra Ana Seabra (DPU) informou que a cobrança de taxas pelo uso dos campos é permitida apenas se estiver prevista em contrato. Caso contrário, não é autorizada. Em seguida, o Sr. Reginaldo (AMOJAP), questionou qual seria a função do conselho após a Concessão. A Sra. Ana Seabra (DPU) informou que o conselho de orientação terá o caráter consultivo, atuando como a voz da comunidade e sua função será estabelecer uma ponte entre o Estado e a população, contribuindo com sugestões e acompanhando as ações desenvolvidas. O Sr. Luiz Nickel (Instituto ALANA) complementou informando que o Conselho de Orientação é a representatividade do povo local, e enfatizou que o conselho vai permanecer mesmo após a Concessão e sendo dessa maneira deveria ter sido chamado para um diálogo, referente a pesquisa que ocorreu no parque para dar as suas contribuições e sugestões. A Sra. Ana Seabra (DPU) esclareceu que, até o momento, não há nenhuma decisão definitiva e que ainda há tempo hábil para que os membros dos conselhos, juntamente com a população, apresentem sugestões e questionamentos. Informou, ainda, que o projeto de concessão permanecerá em aberto até o dia primeiro de agosto. O Sr. Luiz Nickel (Instituto ALANA), sugeriu a possibilidade de o Conselho solicitar uma prorrogação do prazo referente ao projeto de concessão, considerando a necessidade de mais tempo para a devida análise e compreensão do conteúdo apresentado. A Sra. Ana Seabra (DPU), esclareceu que a solicitação de prorrogação poderá ser encaminhada diretamente à Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI). Em continuidade o Sr. Rodolfo Garcia (SP ÁGUAS) questionou a data de início da operação da concessão, em resposta à Sra. Ana Seabra (DPU) esclareceu que a concessão terá início a partir do primeiro dia de vigência do contrato. Seguindo a Sra. Ana Seabra (DPU) informou que todos os parques deverão contar com infraestrutura de acessibilidade. Além disso, deverão dispor de um centro de visitantes, onde o público possa obter todas as informações necessárias, destacou também a importância do ordenamento dos estacionamentos, incluindo vagas reservadas para idosos e pessoas com deficiência. Os serviços de alimentação e bebida, bem como o apoio ao desenvolvimento socioambiental, a reeducação ambiental, a limpeza, a manutenção e a segurança dos parques também foram apontados como itens obrigatórios. Continuou a explicação do projeto informando que a principal mudança neste contrato se refere aos indicadores de desempenho, os quais foram ampliados. Essa alteração se deve ao fato de que esta concessão possui uma característica distinta: contará com aporte financeiro por parte do Estado. Esse aporte



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PARQUES URBANOS

está condicionado ao cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos. Caso os índices não sejam atingidos, o repasse financeiro por parte do Estado não será efetuado. O Sr. Luiz Nickel (Instituto ALANA) perguntou se em algum momento a Concessionária poderia rescindir o contrato. A Sra. Ana Seabra (DPU) esclareceu que, em caso de rescisão contratual por parte da Concessionária, esta estará sujeita ao pagamento de multa prevista em contrato. A Sra. Ana Seabra (DPU) prosseguiu a reunião informando que a empresa será responsável pelos seis parques, com o prazo contratual de trinta anos, contados a partir da assinatura do termo de transferência da área de Concessão. O Sr. Luiz Nickel (Instituto ALANA) questionou quem definiu o prazo de trinta anos, a Sra. Ana Seabra (DPU) respondeu que para definir o prazo de uma concessão, é necessário um estudo de viabilidade que considere o fluxo de caixa e o valor de investimento, embora o prazo máximo de uma concessão geralmente seja de dez anos, esse estudo indicou que o projeto se sustenta por até trinta anos, dependendo do aporte de recursos. Por essa razão as concessões do Estado estão sendo firmadas com prazo de trinta anos. A Sra. Ana Seabra (DPU) também informou que a ARSESP será responsável pela fiscalização integral do contrato, e o Poder Concedente que é a Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI), que está à frente do projeto desde do início. Logo em seguida o Sr. Antônio Rodrigues (RHEMA) questionou se o Conselho vai continuar pela Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística ou pela Concessionária. A Sra. Ana Seabra (DPU) respondeu que o Conselho de Orientação será representativo do Estado. No entanto, esclareceu que ainda não está definido se sua coordenação permanecerá sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (DPU) ou será transferida para a Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI) e complementou que os membros que atualmente compõem o conselho do Parque Helena serão convidados a integrar também o conselho do Parque Biacica, sendo realizada uma reunião conjunta para esse fim. O Sr. Antônio Rodrigues (RHEMA) e o Sr. Luiz Nickel (Instituto Alana) questionaram sobre a situação do prédio da UBS e do refeitório da escola, uma vez que não há informações sobre esses espaços no projeto. A Sra. Ana Seabra (DPU) esclareceu que a desocupação da UBS está prevista para ocorrer até dezembro de 2025. O Sr. Regis Neri (DPU) complementou informando que a obra do novo refeitório da escola está em fase de finalização, com previsão de conclusão até o mês de agosto. Dessa forma, o espaço atualmente utilizado será disponibilizado para a concessionária. A Sra. Ana Seabra (DPU) reforçou que a concessionária terá total



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PARQUES URBANOS

liberdade para readequar os espaços, conforme necessário. O Sr. Luiz Nickel (Instituto Alana), informou que o Alana realizou a doação do parque Naturalizado, e questionou como ficará a manutenção do referido espaço, uma vez que não há nenhuma previsão sobre o tema no acordo vigente. A Sra. Ana Seabra (DPU) respondeu que irá consultar a Secretaria de Parcerias e Investimentos para verificar como será tratada a manutenção do Parque Naturalizado, considerando que se trata de uma doação. O Sr. Pedro Guedes (Sementes), questionou sobre a alteração do nome do parque Jardim Helena para Maria Cristina Hellmeister de Abreu. A Sra. Ana Seabra (DPU) esclareceu que a mudança já foi oficializada por meio de Decreto, e que, portanto os documentos oficiais devem adotar a nova nomenclatura, informou ainda que será realizado o encerramento simbólico da placa antiga, seguindo a instalação da placa com o nome atualizado do parque. Em continuidade à pauta do dia, a Sra. Ana Seabra (DPU), informou que recebeu uma solicitação para a instalação de postes de iluminação no parque. O Sr. Regis Neri (DPU) complementou, informando que a demanda abrange a área de entrada do ginásio, seguindo à esquerda em direção à escola e também o entorno do campo de futebol um sentido a portaria dois. Ressaltou ainda que, embora o parque funcione até às 18h, a solicitação pode ter vindo de usuários da UBS, cujo funcionamento é até as 19h. O Sr. Pedro Guedes (Sementes) questionou sobre a passagem externa ao parque, situada na portaria três, indagando se haverá iluminação adequada e segurança para os moradores. a Sra. Ana Seabra (DPU) esclareceu que os postes de iluminação já estão em processo de instalação e garantiu que passagem será segura para os residentes. ressaltou ainda que não haverá mais circulação interna pelo parque, visto que este não se configura como via pública, possuindo horário definido de abertura e fechamento. Após a concessão, a concessionária será responsável por determinar o horário de funcionamento do parque. O Sr. Luiz Nickel (Instituto Alana), questionou durante a pauta, sobre a possibilidade de liberação da entrada de PETs no parque. A Sra. Ana Seabra (DPU), em conjunto com os demais membros dos conselhos, deliberou que a questão será pauta para reuniões futuras.

Não havendo mais o que tratar a reunião é encerrada e determinada a lavratura desta ata.